

CONVERSÃO PELA CIÊNCIA: A QUESTÃO RELIGIOSA NA *NOVA ATLÂNTIDA*, DE FRANCIS BACON

Converted through Science: the religion question in Bacon's New Atlantis

Helvio Moraes⁶⁰

Resumo: Este artigo tem por objetivo investigar o papel da religião na *Nova Atlântida*, de Francis Bacon, tomando como ponto de partida o relato da conversão dos bensalemitas ao cristianismo, feito por um dos principais interlocutores do narrador. Partindo de noções gerais sobre o significado da religião nos escritos utópicos dos séculos XVI e XVII, busco compreender mais especificamente tal significado na utopia baconiana, na representação de uma religião revelada que é acolhida, aceita e legitimada pela ciência.

Palavras-chave: Utopia. Francis Bacon. Religião civil.

Abstract: This article aims at examining the role of religion in Bacon's *New Atlantis*, having as a point of departure the account of Bensalem's conversion to Christianity, made by one of the narrator's main interlocutors. From general notions on the meaning of religion in the utopian writings of the 16th and 17th Centuries, I try to understand more specifically such meaning in Bacon's utopia, in the representation of a revealed religion which is received, accepted, and legitimized by Science.

Keywords: Utopia. Francis Bacon. Civil Religion.

Introdução

Como conciliar a doutrina cristã com a descrição de países imaginários que, pelos mais variados motivos, mantêm-se alheios aos seus princípios, ou que, pelo menos, não têm o cristianismo como religião oficial? Ou, talvez, como não conciliar a doutrina cristã com tais descrições? Por que, na quase totalidade dos escritos utópicos do Renascimento, o espaço dedicado ao relato das práticas religiosas é tão exíguo? Em um de seus pontos de chegada (a utopia), em que medida o racionalismo humanista discerne incongruências profundas com relação à religião revelada?

O tema da religião na utopia apresenta uma série de questões inquietantes a seus estudiosos. Ao investigar alguns escritos utópicos dos séculos XVI e XVII – principalmente aqueles relacionados à Itália contrarreformista –, Firpo (1948, p. 78) nos

⁶⁰ Professor de Literatura da Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat. É co-editor da revista *Morus – Utopia e Renascimento* e membro do U-topos – Centro de Pesquisas sobre a Utopia, junto à Universidade Estadual de Campinas. Mestre e doutor em Teoria e História Literária, pela Unicamp. Este artigo é resultado de uma pesquisa que teve o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

oferece uma lúcida síntese do significado do sentimento e dos ritos religiosos neles contidos: “a própria religião tem [naquelas sociedades imaginárias] um caráter postiço e vago, um deísmo genérico, sem dogma, aceito apenas em vista do valor social e moral das religiões e inclinado, portanto, a reconhecer nas diferentes crenças uma equivalência substancial”. O historiador percebe também um “fundo de epicurismo latente, uma busca de felicidade na Terra”, que se contrasta com “a concepção cristã da cidade celeste, beatífica e perene” (ibidem). Para Dubois (2009, p. 60), “a religião da utopia [...] consiste em um ato de autoadoração da cidade por ela mesma, sob uma representação espiritual e simbólica”. Mais adiante, esclarece:

A religião da utopia aparece como um tipo de projeção em segundo grau do mito da cidade ideal: encontramos nela as aspirações tradicionais à transparência, à unidade, à racionalidade, projetadas em um céu que não pode ser outra coisa a não ser uma imagem da Terra em que reina a perfeição. No limite, a cidade ideal não precisa de uma religião: um espelho é suficiente para se ver e se adorar. (idem, p. 62).

Em seu célebre verbete “Utopia”⁶¹, Baczko (1981) afirma que

A história dos Utopianos se situa em um devir imaginário; todavia, é uma história sem qualquer relação com o relato do *Gênesis*, não é marcada pela queda, assim como a Cidade utópica não tem qualquer relação com a esperança de redenção. Neste sentido, as utopias contribuem, a seu modo, para o desencantamento do espaço-tempo. O sagrado e o mítico são substituídos por representações profanas de uma felicidade conforme à razão. [...] O paradigma utópico [...] oferece um contributo essencial à resposta ao grande problema da modernidade na política: a de conceber uma sociedade auto-instituída, que não repousa sobre qualquer ordem superior ao mundo profano, realiza objetivos propriamente humanos, funda-se sobre o livre consenso dos indivíduos e exercita um poder soberano sobre si mesma”.

Por fim, num recente estudo, Romano Ribeiro (2010, p. 91) aponta para a ideia de a tolerância religiosa, presente em tantos escritos utópicos do Renascimento, por meio da proibição de “qualquer oposição entre grupos por motivo religioso ou proselitismo”, servir como uma máscara que esconde um rigoroso controle social por parte do Estado.

Estas referências bastam para situar minha proposta de estudo neste texto. No entanto, penso ser necessário fazer um breve esclarecimento: os estudiosos acima mencionados, ainda que relacionados a momentos e orientações teóricas e metodológicas distintas, tomam como base, para as reflexões que cito, a matéria textual, em especial os escritos produzidos no século da publicação da *Utopia*, de More, ou em

⁶¹ Ao que me consta, há duas versões deste verbete: a mais conhecida, de 1981, foi publicada na Enciclopédia Einaudi (traduzida para o português em 1985). A segunda, publicada na Enciclopédia delle Scienze Sociali Treccani, em 1998. A passagem em questão encontra-se nesta última versão.

épocas adjacentes. Há uma vertente dos estudos utópicos para a qual este estranhamento entre a noção de uma religião revelada – cristã – e a utopia, ou entre escatologia e utopia, não é um problema de base, se é que, de fato, exista⁶². Para tal, admite como correlatos, por exemplo, o racionalismo humanista de Morus e o milenarismo escatológico de Munzer, antes, por aquilo a que visam (ou que tais estudos acreditam que visam), em detrimento do que lhes fornece a base para suas elaborações utópicas. Em que pese as reiteradas críticas que vem sofrendo nos últimos anos, creio ainda ser válida a distinção, tal como se encontra na síntese proposta por Trousson (2005)⁶³, entre utopia e utopismo, justamente como forma de perceber as especificidades do gênero literário que surge a partir da obra de More, evitando, assim, a excessiva – e inevitável – generalização – e simplificação – do entendimento do fenômeno utópico quando se admite, sem um claro critério de discernimento e categorização, toda e qualquer manifestação de um imaginário político-social.

Quanto ao tema do presente estudo, até mesmo no âmbito da literatura utópica renascentista é necessário investigar mais detidamente o modo como cada autor elabora o papel da religião em seu mundo utópico, o que nos leva a perceber que as reflexões acima mencionadas, ainda que válidas para um filão de textos surgidos no período circunscrito entre o início do século XVI e fins do século XVII, precisam ser mais bem elucidadas e complementadas pelo estudo de um autor ou texto específico.

Obviamente, as perguntas que faço no início deste texto não podem ser plenamente respondidas aqui, mas ecoam no fundo da investigação que proponho sobre o significado da assunção da religião cristã na utopia baconiana, tomando por base o discurso do Governador da Casa dos Estrangeiros, o primeiro grande interlocutor do narrador da *Nova Atlântida*.

O texto

⁶² Como exemplo deste posicionamento, sugiro a leitura do, às vezes efusivo, estudo de Capone (1993), característico da perspectiva teórica do grupo a que pertence.

⁶³ Como nos informa Romano Ribeiro (2011, p. 29, n.5), Trousson teve precedentes: “Raymond Ruyer foi o primeiro a estabelecer a distinção tornada clássica entre gênero utópico e modo utópico (1950). Alexandre Cioranescu, por sua vez, foi o primeiro a atribuir o nome *utopismo* ao modo utópico, indicando assim uma mentalidade, um espírito, uma vontade de superação, que toma forma literária em textos romanescos (utopia) ou filosóficos, ou se manifesta em movimentos sociais, na arte e outras práticas (1972).”

Um dos poucos textos ficcionais do autor, a *Nova Atlântida* é um escrito de maturidade, publicado postumamente, em 1626 (um ano após a morte de Bacon), como apêndice a *Sylva Sylvarum*, um compêndio de experimentos relacionados à sua concepção de história natural. Escrita em vernáculo – tendo em vista, provavelmente, uma mais ampla divulgação de sua proposta de reforma do conhecimento –, a *Nova Atlântida* terminou por se estabelecer como o mais popular – e, possivelmente, mais lido – dos textos do filósofo. Traz o relato fictício de um navegador (não identificado) que fazia parte da tripulação de um navio que deixara o Peru em direção à Índia, mas que, fustigado por tufões e tempestades em algum ponto do Oceano Pacífico, perdera sua rota, encontrando, por fim, porto seguro na ilha de Bensalém, um lugar ainda desconhecido do restante do mundo.

O relato é dividido com precisão, por meio de episódios e diálogos que o narrador estabelece com diferentes interlocutores, habitantes da ilha. Cada uma destas circunstâncias esclarece um pouco sobre os costumes e leis daquela comunidade utópica, até o momento culminante da narrativa: o encontro com o Padre da Casa de Salomão, o enorme colégio de cientistas da ilha, seu verdadeiro centro de poder, uma instituição muito mais avançada do que qualquer referente europeu de que o narrador possa se lembrar.

Acredito que, como em outras utopias, é possível perceber um percurso iniciático realizado pelos estrangeiros, desde o desembarque até o conhecimento dos instrumentos, da estrutura e das normas da Casa de Salomão. Neste ínterim, são informados – não de modo exaustivo – sobre a religião, a história, a vida social e política dos bensalemitas.

A conversão de Bensalém ao cristianismo é tema de um dos primeiros diálogos do relato, quando, ainda em quarentena, os tripulantes recebem a visita do Governador da Casa dos Estrangeiros. Conforme o narrador, um fato que, acima de todos, os deixara surpresos, foi a constatação de terem alcançado uma terra cristã em uma região do mundo onde, a princípio, isto parecia ser impossível. Já no primeiro contato que fazem, através de uma carta, nela observam uma chancela com a insígnia de um querubim, tendo, ao lado, uma cruz. Este particular – aliado à prova que os bensalemitas dão de conhecer algumas línguas familiares aos europeus (hebraico, grego, latim e espanhol) – os faz se perguntarem como a doutrina cristã chegara até aquele povo, e como este mesmo povo, desconhecido dos europeus, parecia saber tanto da cultura europeia.

Estas são as questões mais relevantes da primeira parte da utopia, e são dirigidas ao Governador tão logo se dispõe a dar aos estrangeiros as informações que lhe são permitidas.

3 – *A religião dos bensalemitas*

O administrador afirma que a fé cristã foi revelada aos habitantes da Nova Atlântida por milagre. Vinte anos após a ascensão de Cristo, um grande pilar de luz foi visto a algumas léguas de distância de Renfusa, uma das cidades da ilha. No alto do pilar se via uma cruz brilhante. Algumas embarcações pequenas se fizeram ao mar, mas uma força misteriosa impediu sua aproximação da coluna. Numa das embarcações, encontrava-se um dos sábios da Casa de Salomão, que imediatamente fez uma prece a Deus. Após observar que uma de suas funções consistia em discernir “entre milagres divinos, obras da natureza, obras de arte e imposturas e ilusões de toda sorte” (BACON, 2002, p. 464)⁶⁴, e reconhecer e testemunhar que o que via diante de seus olhos era um milagre, conseguiu transpor, com sua embarcação, a barreira invisível. Isto feito, o pilar e a cruz desapareceram, deixando em seu lugar uma pequena arca de madeira que, embora flutuando em meio à água, permanecia seca. Assim que foi recebida pelo sábio, a arca se abriu e, no seu interior, havia um livro e uma carta. O livro continha todos os livros do Antigo e do Novo Testamento, e a carta fora escrita por São Bartolomeu, conforme a ordem que recebera de Deus, para que lançasse a arca à água. Mesmo havendo, na época, uma diversidade de línguas na ilha, os escritos puderam ser lidos pelos nativos, assim como por hebreus, persas e indianos.

A religião na *Nova Atlântida* é um dos pontos mais controversos entre os estudiosos. Aqueles que vinculam as noções de Bacon sobre filantropia e caridade a um rígido pietismo cristão estão mais propensos a ler estas páginas como um testemunho sincero do filósofo quanto à interferência de uma providência divina nas ações políticas ou na reforma do conhecimento. Ascende-se ao poder ou ao saber somente se amparado pela fé. Algo desta leitura está presente em McKnight (2006, p. 13), quando afirma que

⁶⁴ As citações da *Nova Atlântida* são feitas da edição estabelecida por Brian Vickers (ver ref. bibliográficas). Esta foi uma das edições que utilizei para a tradução e o estudo da utopia baconiana, objeto de uma pesquisa pós-doutoral que realizei, entre fevereiro de 2015 a janeiro de 2016, junto à Università degli Studi di Firenze, sob a supervisão do professor Claudio de Boni. A publicação de minha tradução está prevista para 2017. Apresento, como apêndice deste artigo, a tradução da passagem que serve de base para o presente estudo.

“A reforma de Bacon não é um avanço secular e científico, através do qual a humanidade obtém domínio sobre a natureza e poder sobre seu próprio destino. A reforma de Bacon é um programa para a reabilitação da humanidade e de sua relação para com a natureza, um programa que deve ser guiado pela Providência divina e ser alcançado por meio de um esforço humano e devoto”.

Alguns estudiosos, no entanto, apresentam uma leitura diversa, defendendo a ideia de que, em Bacon, há uma manipulação dos elementos religiosos, seja como forma de promover seu ideal de ciência, seja até mesmo para dissimular uma repulsa em relação à doutrina cristã. Este é o caso de Paterson (1987, p. 419), para quem “Bacon era indiferente e até mesmo hostil ao cristianismo e [...] não o considerava uma resposta decisiva às questões morais e políticas levantadas pela sua ciência”.

A meu ver, a religião na *Nova Atlântida* tem aspecto um tanto posticho, para concordar com o termo usado por Firpo. No entanto, não acredito que seja possível ver em Bacon um pensador cético ou agnóstico. Em alguns textos, faz sua confissão de fé que, embora pareça bastante convencional e perfunctória – como, justamente, em sua *Confession of Faith*, de 1603 –, revela sua adesão aos princípios da igreja anglicana. De qualquer modo, traça um nítido limite entre o conhecimento das ações humanas e do mundo natural – um campo extremamente vasto e pouco explorado –, e o domínio da verdade divina, a que o homem jamais terá acesso, conforme o que declara logo no primeiro aforismo da *Grande Instauração*: “O homem, sendo o ministro e o intérprete da Natureza, pode fazer e entender somente tanto quanto observa, pelos fatos ou pelo pensamento, do movimento da natureza; além deste ponto, nada sabe nem pode fazer” (IV, p. 47)⁶⁵.

Desta forma, se exime de qualquer compromisso com uma abordagem metafísica ou religiosa na concepção e fundamento de seu programa. A verdade das coisas divinas existe, mas sua compreensão está além da capacidade humana e, portanto, dela não se ocupa. Ao contrário do teólogo ou do devoto, é o político, o

⁶⁵ Neste sentido, ainda mais clara é a seguinte passagem do *Advancement of Learning*: “E quanto àquela censura de Salomão referente ao excesso no escrever e ler livros e à ansiedade de espírito que redundava do conhecimento, e à admoestação de São Paulo de que *não nos deixemos seduzir pela vã filosofia*; entendam-se bem essas passagens e se verá que expõem de maneira excelente as verdadeiras fronteiras e limites em que se encerra e circunscreve o conhecimento humano; e isso ainda sem tanta constrição ou restrição, mas que ele pode compreender toda a natureza universal das coisas. Pois essas limitações são três. A primeira, *que não situemos nossa felicidade no conhecimento a ponto de esquecer nossa mortalidade*. A segunda, *que apliquemos nosso conhecimento de modo que nos dê repouso e contentamento, e não inquietude ou insatisfação*. A terceira, *que não tenhamos a presunção de, pela contemplação da natureza, alcançar os mistérios de Deus*” (BACON, 2007, p. 22; III, p. 266).

“filósofo natural”, que fala sobre filantropia e caridade, muito mais no âmbito do humanismo cívico do que numa ideia de remissão religiosa. Numa carta que escreve a seu tio, Lord Burghley, o favorito da rainha, considera filantropia a capacidade de portar laboriosas observações, sólidas conclusões e úteis invenções e descobertas àquele domínio que toma para si: o conhecimento por inteiro. A noção de caridade, como uma virtude fundamental que a todas as outras abrange, encontra-se, em síntese, no prefácio à *Grande Instauração*:

[...] agora que o conhecimento é drenado daquele veneno que a serpente nele introduziu, e que provoca o inchamento da mente humana, não almejemos uma sabedoria desmedida e embriagada, mas cultivemos a verdade na caridade. [...] dirigiria uma admoestação geral a todos: que considerem quais são os verdadeiros fins do conhecimento, e que o procurem, não por prazer intelectual, nem por razões argumentativas, nem para obter superioridade sobre os outros, nem por lucro, nem por fama, nem por poder, nem por qualquer uma destas coisas inferiores; mas para benefício e utilidade da vida, e para que o aperfeiçoem e o governem com caridade. Porquanto foi devido à sede de poder que caíram os anjos, foi devido à sede de conhecimento que caiu o homem; mas não pode haver excesso de caridade, nem alguma vez anjos ou homens foram por ela postos em perigo (BACON, 2008, pp. 23-4; IV, pp. 20-1).

O homem de ciência, para Bacon (inclusive na imagem que faz de si), é, antes de tudo, benevolente. Ele deve sacrificar toda e qualquer pulsão individualista em favor de um bem comum, de modo que a conquista sobre a natureza seja realizada em benefício da humanidade. Segundo Corneanu (2014, p. 348),

A caridade baconiana não é a virtude infundida e teológica da tradição tomística. Tampouco é uma ação externalizada e regulada por imposições sociais. Ela tem sua própria forma idiossincrática, mas que preserva o *status* de uma virtude interior: é uma virtude que conduz à bondade interior, devido à sua capacidade de orientar a mente humana rumo a um bem comunicável, de maneira estável. Ela opera na vontade e nos afetos do homem de tal forma que se tornam capazes de transcender o ego. De fato, [...] para Bacon, o bem particular em si mesmo é digno do nome de bondade se se orienta para além da esfera privada, em direção ao bem comum. [...] A caridade baconiana – assim compreendida – é transferida para o domínio da busca pelo conhecimento natural, como o grande objetivo orientador de tal busca e via seus efeitos intrínsecos.

De fato, estes princípios do pensamento baconiano mantêm uma complexa – talvez mesmo paradoxal – relação com a ideia de uma manipulação da doutrina cristã na *Nova Atlântida*. Se os fundamentos desta religião são manipulados pela ciência, que parece deter o poder na ilha, de que modo a filantropia e a caridade cumprem o papel que lhes é atribuído pelo filósofo em seus outros textos? A análise de algumas passagens e elementos da narrativa pode esclarecer esta questão.

Seu ponto central é o relato da conversão de Bensalém ao cristianismo, a que fiz uma breve menção acima. Observa-se o desenrolar de uma verdadeira cena, de forte apelo dramático. Não por acaso, é feita uma alusão ao teatro, quando o Governador afirma que todas as embarcações, tendo alcançado certa distância do pilar de luz, podiam somente “mover-se ao redor, mas não podiam chegar mais perto, dispostas como se num teatro, e seus tripulantes a contemplar aquela luz, como a um sinal dos céus” (BACON, 2002, p. 464). Imediatamente, surge a figura de um dos sacerdotes da Casa de Salomão, como o protagonista do espetáculo que se apresenta. Ele deixa de ser espectador, quando assume a função de esclarecer aquele portento para todos os que o contemplam, com gesto e discurso acuradamente teatrais, como se meticulosamente estudados:

Este homem, após observar e contemplar, por um momento, com cuidado e devoção, o pilar e a cruz, baixou os olhos e, prostrando-se de joelhos, com as mãos levantadas para o céu, fez a seguinte prece: “Senhor Deus do céu e da terra, tu concedeste tua graça àqueles de nossa ordem, para que pudéssemos conhecer as obras de tua Criação e seus segredos, e discernir (tanto quanto possa o gênero humano) entre milagres divinos, obras da natureza, obras de arte e imposturas e ilusões de toda sorte. Aqui, diante destas pessoas, reconheço e testemunho que o que agora temos ante os olhos é obra de teu Dedo, e um verdadeiro Milagre. E visto que aprendemos em nossos livros que jamais operas milagres, senão com um propósito divino e excelso (pois as leis da natureza são tuas próprias leis, e tu não as excede, senão por uma causa maior), nós humildemente te imploramos tornar propício este grande sinal, dando-nos, por misericórdia, sua interpretação e emprego, o que implicitamente nos prometes ao enviá-lo (*ibidem*).

A isto, segue a aproximação deste homem do pilar de luz, que se desfaz maravilhosamente, “dispersando-se no ar como se num firmamento repleto de estrelas” (*ibidem*) e o rebimento do livro e da carta contidos na arca, que passam a ser o fundamento da religião oficial da ilha. Portanto, é o homem de ciência que atesta a veracidade da graça divina, o que um cidadão comum não é capacitado para fazer. Como afirma Renaker (1990, p. 191), “De modo perfeitamente literal, o livro dos trabalhos de Deus é, aqui, exposto para autenticar o livro da palavra de Deus. A teologia, invertendo seu papel medieval, tornou-se a *ancilla philosophiae naturalis*”. Basta sua autoridade de membro do colégio de cientistas, sem a necessidade de qualquer demonstração, para legitimar o milagre e instituir a nova religião, que parece vir para coroar, ou ornar, uma ordem social, cujos valores morais e éticos se encontram num nível de plena conformidade com os princípios cristãos. Isto, em parte, pode ser explicado pelo fato de, ao contrário do que se observa no ocidente, a ciência ter tido um vigoroso

desenvolvimento, pelo menos 500 anos anteriormente ao advento do cristianismo⁶⁶. Em seu segundo discurso, o Governador fala de Solamona, o grande legislador de Bensalém, que, entre outras coisas admiráveis, instituiu a Casa de Salomão, quando governava a ilha, há 1.900 anos, “para a descoberta da verdadeira natureza de todas as coisas, para a maior glória de Deus por sua criação e para o maior proveito dos homens ao usufruí-las” (BACON, 2002, p. 471).

Entre estas coisas admiráveis, conforme outro membro da Casa de Salomão – o Sacerdote com quem o narrador terá uma entrevista na parte final do texto –, está a capacidade de imitar “os fenômenos meteorológicos, como a neve, o granizo, a chuva, algumas chuvas artificiais de sólidos e não de água, trovões, raios” (*idem*, p. 481), e, ainda mais interessante, o poder de forjar visões, representando “toda forma de truques de prestidigitação, falsas aparições, imposturas, ilusões em toda a sua falsidade” (*idem*, p. 486). Embora a última seja uma prática que o Sacerdote afirma reprovar, não se sabe até que ponto os cientistas da *Nova Atlântida* evitam colocá-la em ação (há coisas que o Colégio sequer comunica a quem governa a ilha).

Este é um dado de que o leitor toma conhecimento já no fim do relato e que o faz reconsiderar certos pontos da narrativa que, até o momento, poderiam ser explicados como eventos naturais ou, no âmbito de um sentimento religioso, como milagres. Em relação ao primeiro caso, sobrevém a dúvida, antes inexistente, sobre a casualidade do temporal e das ondas que levaram os navegantes até Bensalém, pois, se quisessem, poderia ter sido um acontecimento premeditado pelos cientistas da ilha. No segundo caso, uma magnífica encenação poderia ter sido produzida de forma a introduzir uma nova religião que atendesse às aspirações daqueles que exercessem o poder.

⁶⁶ Este é um dado que indica que, de modo semelhante ao da maioria das utopias literárias do período, a religião, na *Nova Atlântida*, ocupa uma posição secundária. Todos os escritos utópicos, de Morus a Campanella (com a possível exceção de *La Repubblica Immaginario* de Agostini) trazem uma espécie de relato impreciso, em nada sistematizado, do culto religioso, o que se intensifica se o compararmos com a riqueza de detalhes das descrições das instituições civis que compõem a cidade. Por outro lado, em nenhuma destas utopias encontramos resquícios de uma devoção cristã, como a que percebemos aqui. O expediente usado pela grande maioria dos autores para explicar e, de certa forma, justificar, esta religiosidade deslocada, é o insularismo da cidade utópica pois, isolada do mundo cristão, não lhe foi possível nenhum tipo de acesso ou experiência religiosa com base na revelação cristã. De fato, para Luigi Firpo (1948, p. 82) o recurso à ilha desconhecida serve para subtrair em bloco toda a estrutura ético-religiosa da cidade utópica de um confronto com a moral e a dogmática da Igreja. Acredito que a saída vislumbrada por Bacon para acomodar o cristianismo no seio de sua sociedade ideal foi a de antepor o êxito de uma experiência proporcionada pelo conhecimento científico à prática religiosa. Dada a supremacia da ciência, uma concepção que privilegia a razão humana e seu esforço em buscar no “Livro da Natureza” leis justas e imutáveis para a consecução de uma organização social estável e feliz necessariamente se sobrepõe a uma imposição dogmática que pressupõe a felicidade do homem à base do merecimento.

Outros elementos corroboram esta ideia de uma prática religiosa controlada pelo saber científico. Ainda na passagem referente à conversão, acredito que, na descrição de como o cientista recebe a arca contendo os textos sagrados, haja uma alusão implícita à entrada de Jesus em Jerusalém, em que as pessoas jogavam ramos pelas ruas: “nada restou para ser visto, a não ser uma pequena arca, ou baú de cedro, seco, de modo algum impregnado de água, ainda que nela flutuasse. Na parte anterior [...] despontava um pequeno ramo verde de palmeira” (*idem*, p. 465). É possível interpretar esta passagem como uma entrada triunfal do cristianismo também em Bensalém. Contudo, é altamente irônica a sugestão de que ele é introduzido, não apenas por um homem de ciência, mas também por meio de uma impostura. Neste mesmo sentido, e igualmente irônica, é a imagem do pilar de luz, que pode ser vista como uma alusão ao *Êxodo* 13:21, em que Deus guia o povo de Moisés, sob a forma de uma coluna de nuvens, durante o dia, e de fogo, durante à noite.

Outras tantas menções aos textos bíblicos ou à religião cristã, a partir desta perspectiva, ganham um significado totalmente alheio à leitura que deles fazem estudiosos que acreditam numa manifestação de zelo confessional por parte de Bacon, e desnecessário seria indicá-las por completo. Uma última referência, contudo, me parece interessante. Renfusa é o nome da cidade onde surgiu a aparição do pilar de luz. O significado de seu nome é algo como “da natureza das ovelhas” (WEINBERGER, 2002, p. 107). A cidade que se faz ao mar para receber a verdade da palavra divina termina por se tornar uma metáfora da conversão de toda a ilha. O que acontece em Renfusa termina por estender-se a todas as outras cidades. E, como se percebe pelo relato do Governador, os habitantes assistem, como meros espectadores, a tudo o que se desenrola, aceitando a explicação dada pelo homem de ciência – uma obediência de rebanho e uma postura justamente conforme à “natureza das ovelhas”. Não há uma passagem sequer em que o comportamento dos bensalemitas destoe desta característica fundamental. Faulkner (1988, p. 127) salienta que “de fato, os Bensalemitas ordeiros a um grau que é extraordinário, absurdo e até mesmo sinistro. As pessoas são encontradas “em fila”, “posicionadas em tal ordem que jamais exército algum conseguiu manter seus homens””.

O abundante uso que Bacon faz do texto bíblico certamente atesta um conhecimento amplo e basilar. Se o pai é visto como uma de suas primeiras influências no campo da atividade política, a mãe, Anne, tem um papel relevante na formação

religiosa dos filhos do casal. Filha de sir Anthony Cooke, Anne Bacon era uma mulher muito culta, versada em várias línguas, dentre elas o italiano, o latim e o grego. Traduziu alguns textos religiosos, como a *Apologia*, do bispo de Salisbury, John Jewel, com quem mantinha correspondência em grego. Conforme alguns escritos deixados pelo marido, parece que durante a infância de seus filhos, o lar dos Bacon era marcado por relações de grande afeto e respeito. Anne, ainda que rigorosa, era uma mãe afável. Tudo parece mudar após a morte inesperada de sir Nicholas em 1579 – quando Francis acabara de completar 18 anos –, tendo Anne tomado para si, com crescente austeridade, o controle da casa e da vida dos filhos até mesmo quando já estavam adentrados em idade adulta. Na mesma proporção, crescia seu zelo religioso, ao ponto da intolerância e do fanatismo. Farrington (1971, p. 31) traça um breve e interessante quadro deste momento, situando Anne Bacon na primeira geração de protestantes fervorosos, que estabelecem o hábito do culto em família:

La religión tendía a echar raíces en el hogar antes que en el lugar de culto público y a consistir más en el espíritu con que se realizaba la rutina diaria, que en los sacramentos. Anne era teológicamente calvinista y moralmente puritana. Podemos estar seguros de que se leía la Biblia y existía el culto familiar en su hogar. Con frecuencia es duro para una madre así el dejar crecer a sus hijos. El apego familiar que tenía Anne y sus sentimientos religiosos, dieran paso fácilmente a la intromisión y al fanatismo. En cuanto Anthony [o irmão mais velho, e único, de Bacon] y Francis dejaron el círculo familiar, ella siguió sus pasos por el mundo con extrema ansiedad, para que los asuntos públicos o las amistades privadas no les hicieran entrar en asociaciones que ella no aprobase. La severidad tiende a ahogar el afecto en sus cartas.

Em algumas cartas que chegaram até nós, Anne expressa sua preocupação pela conduta moral dos filhos – um exemplo é sua recriminação da imoderação das festas de fim de ano em Gray's Inn, das quais Bacon participava ativamente –, assim como alude a certa negligência por parte do filho mais jovem em relação a suas obrigações religiosas mais básicas, como as orações diárias e os pequenos ritos cotidianos de um devoto.

Ao contrário da mãe, Bacon defende uma prática religiosa muito mais tolerante, preocupado, acima de tudo, com o equilíbrio e a boa condução do Estado. Mas, embora carente do fervor religioso da mãe, suas cartas e seus textos literários e filosóficos revelam um pensador respeitoso e fiel à doutrina cristã. O quanto isto ocupa um outro âmbito de sua vida, já foi mencionado. No mais, me parece interessante recordar a distinção proposta por Moretti (2011, pp. 114-5): “para Bacon [...], é preciso distinguir,

no âmbito da cultura e das linguagens de seu tempo, entre a *fé*, enquanto resposta íntima e pessoal ao divino, *religião*, enquanto Igreja e enquanto sentimento regulador dos costumes sociais e *superstição*, enquanto bloqueio mental à investigação, à dúvida e à prontidão e ao desvelo em relação ao novo, ao útil e ao verdadeiro”.

Feitas estas considerações, acredito ser relevante concluir esta parte salientando como a formação religiosa recebida na infância e juventude, presente na base de seu pensamento, é empregada em seu escrito utópico.

A marcada presença de citações bíblicas (principalmente na primeira parte da *Nova Atlântida*), além do que anteriormente se disse, cumpre uma função retórica bastante singular: o tom do relato, sendo inegavelmente cristão, persuade o leitor europeu a aceitar o modo de vida de Bensalém. Bacon habilmente constrói um narrador capaz de eliminar seu distanciamento para com o leitor e que, dada sua impessoalidade, torna-se um instrumento no qual é fácil projetar expectativas individuais. Como Baldini (1996, p. 64) ressalta, o leitor não se vê diante de um narrador na primeira pessoa do singular, com um nome próprio e precisas indicações físicas, mas, sim, de um narrador coletivo. Como ele (e com ele), o leitor vive a experiência de encontrar-se num mundo em que certas contradições são resolvidas. Obviamente, mais intensa será a experiência do leitor que vivencia os mesmos problemas, na mesma época ou no momento imediatamente subsequente. Mas não estamos absolutamente imunes de sentirmos uma sensação semelhante. A utopia cumpre, desta forma, sua função especular: reflete as questões mais urgentes e as devolve solucionadas. No caso em questão, a conversão de toda a tripulação de navegadores europeus termina por estender-se, ao menos potencialmente, a toda a cristandade, em grande parte graças a um hábil manejo de uma retórica cristã (PATERSON, 1987, p. 437). Contudo,

enquanto a retórica pública de Bensalém tem um sabor definitivamente cristão, um exame mais atento indica que o cristianismo de Bensalém é de um tipo diluído e sincrético, que é pouco mais do que uma glosa sobre uma veneração mais fundamental da ciência e dos cientistas, da família, da nação, da paz, da prosperidade, da longevidade e da segurança. O maior ritual (ou cerimônia) semi-público que é descrito, é mais pagão do que cristão; o narrador de Bacon o define como “uma cerimônia tão conforme aos ditames da natureza” [...]. A religião de Bensalém parece ser um exemplo do que Bacon chamava de “piedade natural”, baseada em sentimentos tais como patriotismo e respeito filial, levemente disfarçado pela piedade sobrenatural ou não natural do cristianismo tradicional. Embora o exato *status* público do cristianismo em Bensalém seja ambíguo (não é claro, por exemplo, se há uma igreja estabelecida), Bacon não era, obviamente, absolutamente hostil às igrejas cristãs como instituições sociais e políticas.

Pelo que foi exposto, acredito que, na *Nova Atlântida*, temos um exemplo de religião civil, em moldes muito semelhantes aos que se podem depreender das páginas que Maquiavel dedica ao tema. Esta talvez seja a principal contribuição do secretário florentino para a construção do edifício utópico baconiano. É possível perceber uma tácita adesão a várias passagens dos capítulos XI a XIV do primeiro livro dos *Discorsi*. No capítulo XI, temos o famoso trecho em que Maquiavel afirma que o sábio legislador emprega a religião para o convencimento do povo ao estabelecer as instituições necessárias ao Estado: “Há muitas instituições cujos efeitos benéficos podem ser previstos por um homem sábio e prudente, mas cuja evidência não é tal que convença imediatamente todos os espíritos. Por isto o governante sábio recorre aos deuses. Foi o que fizeram Licurgo, Sólon e a maior parte dos que tiveram idêntico objetivo” (MAQUIAVEL, 1994, p. 58). Um pouco adiante, considera a religião um útil instrumento na ordenação do Estado, capaz de levar à consecução de uma espécie de felicidade civil: “Tudo bem considerado, conluo que a religião estabelecida por Numa em Roma foi uma das causas principais da felicidade daquela nobre cidade, porque introduziu no seu seio uma útil ordenação, a qual por sua vez a conduziu a um destino feliz; deste decorreu o êxito que coroou todos os seus empreendimentos” (*ibidem*).

Ainda mais próximos ao tipo de prática religiosa que se descreve na *Nova Atlântida* são algumas passagens do capítulo XII, principalmente aquelas que abordam o tema da importância de se conservar a religião. Maquiavel o inicia considerando que

Os príncipes e as repúblicas que querem impedir a corrupção do Estado devem sobretudo manter sem alterações os ritos religiosos e o respeito que inspiram. O índice mais seguro da ruína de um país é o desprezo pelo culto aos deuses: o que será fácil de compreender se se souber o fundamento da religião do país; pois toda religião tem como base alguma instituição principal (*idem*, p. 61).

Pode-se facilmente inferir que, não necessariamente, o fundamento de um Estado venha a ser uma instituição religiosa. Porém, uma vez definida sua instituição principal, a religião pode ser empregada como um instrumento útil à sua manutenção. Esta é uma noção a que Bacon, muito provavelmente, sempre esteve atento, ao ponto de propor, para a configuração do estado bensalemite, a religião como uma *ancilla scientiarum*.

De fato, em consonância com outros pensadores utópicos, Bacon consegue evitar o choque, dentro de sua cidade utópica, entre diferentes instâncias de poder, neste caso, a religiosa e a científica. Um embate de interesses divergentes ou

qualquer abertura a possíveis conflitos pela ascensão ao poder colocaria em risco a estabilidade de suas instituições e, conseqüentemente, o perfeito equilíbrio do projeto utópico. Como único meio de se evitar tais incômodos, Bacon propõe a sujeição incontestável de certos grupos sociais, como a família, a intelectualidade religiosa ou laica, entre outros, aos interesses da Casa de Salomão, não de forma a extinguir-lhes os atributos e funções específicas, mas, sim, de usar tais especificidades como veículo de difusão e manutenção dos elementos que compõem a ordem pretendida. Ou seja, o Governador da Casa dos Estrangeiros – que também é sacerdote cristão –, o tirsan (o pai de família), Joabin (o mercador judeu) e, obviamente, o Sacerdote da Casa de Salomão, ainda que representantes de segmentos diversos dentro da sociedade bensalemite, propagam, conforme suas funções, os ideais da principal instituição da ilha.

Por fim, ainda em relação ao pensamento de Maquiavel, as considerações que seguem são ainda mais reveladoras do caráter civil da instituição religiosa da ilha, principalmente quando se leva em conta passagens em que o discurso dos homens de ciência é usado para legitimar um sentimento ou prática religiosa para o que determinam como benefício comum:

Os dirigentes de uma república ou de uma monarquia devem respeitar os fundamentos da religião nacional. Seguindo este preceito, ser-lhes-á fácil manter os sentimentos religiosos do Estado, a união e os bons costumes. Devem, ademais, favorecer tudo o que possa propagar esses sentimentos, mesmo que se trate de algo que considerem ser um erro. *Quanto mais esclarecidos, e maior o seu conhecimento da ciência da natureza, mais firmemente devem agir assim.* É de tal comportamento, de homens sábios e esclarecidos, que nasceu a crença nos milagres, aceita por todas as religiões mesmo as falsas. *Os próprios sábios a difundiam, qualquer que fosse a sua origem, fazendo da sua autoridade uma prova suficiente para os outros cidadãos (ibidem; itálicos meus).*

Deste modo, auxiliada pela religião, a ciência mantém o controle social e o equilíbrio do Estado, orientando as disposições individuais e forjando o *ethos* de uma sociedade muito singular, que usufrui de benefícios como a longevidade, a dieta rica e saudável, a proteção contra as intempéries do tempo, entre tantos outros, sem levantar o menor questionamento, pois aceita ser conduzida e governada com a mansuetude das ovelhas. No que diz respeito à religiosidade, portanto, o povo bensalemite parece partilhar uma devoção sincera, ainda que se trate, em alguns casos, de um cristianismo difuso, ou até mesmo de uma outra orientação religiosa, como é o caso da comunidade

hebraica. Até mesmo o Governador da Casa dos Estrangeiros demonstra uma franca piedade cristã, e parece crer verdadeiramente no relato que faz. Porém não creio que o mesmo possa ser dito em relação ao homem de ciência, cujo exemplo maior é o Sacerdote da Casa de Salomão⁶⁷, e em cuja imagem penso ser possível observar uma projeção que Bacon faz de si. A noção de caridade, ou filantropia, concentra-se quase que exclusivamente na capacidade que o homem de espírito investigativo – não necessariamente dotado de uma inteligência muito superior à do homem comum – tem de, num esforço em comum com seus pares, ampliar os horizontes do conhecimento humano e propiciar benefícios as mais das vezes temporais a toda a espécie humana.

Referências bibliográficas:

- BACON, Francis. **New Atlantis**. In: **Major Works**. Ed. Brian Wickers. New York: Oxford University Press, 2002.
- BACON, Francis. **Nova Atlântida. A Grande Instauração**. Trad. Miguel Morgado. Lisboa: Edições 70, 2008.
- BACON, Francis. **Novum Organon**. Trad. José Aluysio Reis de Andrade. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- BACON, Francis. **O Progresso do Conhecimento**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- BACON, Francis. **The Works of Francis Bacon**. SPEDDING, J., ELLIS, R. & HEATH, D. (ed.). 14 vols. London: Longman, 1857-74.
- BACZKO, B. **Utopia**, *Enciclopedia delle Scienze Sociali*. Roma: Treccani, 1998.
- BALDINI, Massimo. **La Storia delle Utopie**. Roma: Armando Armando, 1994.
- CAPONE, Glauco. **Sul rapporto tra utopia ed escatologia**. In: COLOMBO, Arrigo (ed.). *Utopia e Distopia*. Bari: Dedalo, 1993.
- CORNEANU, Sorana. **Francis Bacon on Charity and the Ends of Knowledge**. In: DEMETER, Tamás; MURPHY, Kathryn & ZITTEL, Klaus. *Conflicting Values of Enquiry: ideologies of epistemology in early modern Europe*. Leiden: Brill, 2014.
- DUBOIS, Claude-Gilbert. **Problemas da Utopia**. Trad. Ana Cláudia Romano Ribeiro. Campinas: UNICAMP-IEL, Setor de Publicações, 2009.

⁶⁷ A propósito, é interessante notar que, àquele que exerce a função mais religiosa, dá-se o nome de Governador; ao homem de ciência, o verdadeiro intérprete da natureza, dá-se o nome de Sacerdote.

FARRINGTON, Benjamin. **Francis Bacon, filósofo de la revolución industrial**. trad. espanhola de Rafael Ruiz de la Cuesta. Madrid: Editorial Ayuso, 1971.

FAULKNER, Robert K. **Visions & Powers: Bacon's Two-Fold Politics of Progress**, *Polity*, Vol. 21, nº 1 (Autumn, 1988)

FIRPO, Luigi. **L'utopia politica nella Controriforma**, *Quaderni di "Belfagor"*, *Quaderno Primo. Contributi alla storia del Concilio di Trento e della Controriforma*. Firenze: Vallecchi Editore, 1948. [Utilizo também a tradução em língua portuguesa feita por Carlos Berriel: **A utopia política na Contra-Reforma**, *Morus – Utopia e renascimento*, nº 5, 2008]

MAQUIAVEL. **Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. Trad. Sérgio Fernando Guarischi Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

MORETTI, Masino Glauro. **Machiavelli e Franscesco Bacone – L'accesso alla modernità**. Roma: Edizioni Studium, 2011

PATERSON, Timothy H. **On the Role of Christianity in the Political Philosophy of Francis Bacon**, *Polity*, vol. 19, nº 3 (Spring, 1987)

RENAKER, David. **A Miracle of Engineering: The Conversion of Bensalem in Francis Bacon's *New Atlantis***, *Studies in Philology*, Vol. 87, Nº 2 (Spring, 1990)

ROMANO RIBEIRO, Ana Cláudia. “**‘Sou do país superior’: Utopia e alegoria na libertina Terra Austral conhecida (1676), de Gabriel de Foigny. Tradução e estudo**”. 2010. 946f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

TROUSSON, Raymond. **Utopia e Utopismo**. Trad. Ana Cláudia Romano Ribeiro, *Morus – Utopia e Renascimento*, nº 2, 2005.

WEINBERGER, J. **On the miracles in Bacon's *New Atlantis***. In: PRICE, Bronwen (ed.). *Francis Bacon's New Atlantis – New interdisciplinary essays*. Manchester: Manchester University Press, 2002.

Apêndice: O diálogo com o Governador da Casa dos Estrangeiros (sobre a conversão de Bensalém ao cristianismo)

No dia seguinte, por volta das dez horas, o Governador retornou e, feitas as saudações, disse, com familiaridade, que viera nos visitar. Pediu uma cadeira e se sentou. Nós, que estávamos em pouco mais ou menos que dez pessoas (os outros eram de posição inferior ou haviam saído), sentamo-nos com ele, ao que, estando todos

acomodados, começou a dizer: “Nós, desta ilha de Bensalém,” (assim a chamam em sua língua), “seja por causa de nossa posição solitária, ou pelas leis de sigilo a que obrigamos os nossos viajantes, ou ainda pela rara admissão de estrangeiros, conhecemos bem a maior parte do mundo habitado, mas somos, nós mesmos, desconhecidos. Portanto, já que aquele que menos conhece é o mais apto a perguntar, é mais razoável, para melhor passarmos o tempo, que façais perguntas a mim do que eu a vós. Respondemos que humildemente lhe agradecíamos por permitir que assim fizéssemos, e imaginávamos, pela experiência recém-adquirida, que nada no mundo era mais digno de ser conhecido do que o estado daquela terra feliz. Mas, acima de tudo, dissemos, uma vez que vínhamos dos mais longínquos extremos do mundo, e nutríamos a firme esperança de um dia encontrarmo-nos no reino dos céus (pois éramos todos cristãos), que desejávamos saber (sendo aquela terra tão remota e, por mares tão vastos e desconhecidos, separada do lugar por onde andou nosso Senhor) quem fora o apóstolo daquela nação e como havia sido convertida à fé. Seu semblante revelou o quanto lhe aprazia nossa pergunta. Disse: “Enleais o meu coração aos vossos ao fazer esta pergunta em primeiro lugar, pois isto mostra que buscais, antes de tudo, o reino dos céus e, assim, de bom grado e prontamente, satisfarei vossa dúvida. Cerca de vinte anos após a ascensão de nosso Salvador, aconteceu de ser visto, pelos habitantes de Renfusa (cidade situada na costa leste da ilha), durante uma noite calma de céu nublado, como se algumas milhas mar adentro, um grande pilar de luz, não pontiagudo, mas em forma de coluna ou cilindro, erguendo-se do mar e alongando-se em direção ao céu, em cujo topo cintilava uma grande cruz, mais brilhante e resplendente do que a coluna. Diante de tão insólito espetáculo, os habitantes rapidamente se aglomeraram na praia, para admirá-lo. Logo depois, meteram-se a bordo de pequenas embarcações, para aproximar-se daquela maravilhosa visão. Mas quando os barcos estavam a aproximadamente sessenta jardas do pilar, estacaram, e não foi possível prosseguir. Podiam mover-se ao redor, mas não podiam chegar mais perto, dispostos como se num teatro, e seus tripulantes a contemplar aquela luz, como a um sinal dos céus. Então, aconteceu de estar em um dos barcos, um dos sábios da sociedade da Casa de Salomão, casa esta, ou colégio, meus caros irmãos, verdadeiro olho deste reino. Este homem, após observar e contemplar, por um momento, com cuidado e devoção, o pilar e a cruz, baixou os olhos e, prostrando-se de joelhos, com as mãos levantadas para o céu, fez a seguinte prece:

“Senhor Deus do céu e da terra, vós concedestes vossa graça àqueles de nossa ordem, para que pudéssemos conhecer as obras de vossa Criação e seus segredos, e discernir (tanto quanto possa o gênero humano) entre milagres divinos, obras da natureza, obras de arte e imposturas e ilusões de toda sorte. Aqui, diante destas pessoas, reconheço e testemunho que o que agora temos ante os olhos é obra de vosso Dedo, e um verdadeiro Milagre. E visto que aprendemos em nossos livros que jamais operais milagres, senão com um propósito divino e excelso (pois as leis da natureza são vossas próprias leis, e vós não as excedeis, senão por uma causa maior), nós humildemente vos imploramos tornar propício este grande sinal, dando-nos, por misericórdia, sua interpretação e emprego, o que implicitamente nos prometeis ao enviá-lo.”

Terminada a prece, percebeu, de imediato, que o barco em que estava se desprende e podia se mover, enquanto todos os demais permaneciam inertes, o que tomou por um sinal seguro de que lhe era permitido se aproximar. Deu ordens para que o barco fosse suave e silenciosamente remado em direção ao pilar. Mas antes de alcançá-lo, pilar e cruz se romperam, dispersando-se no ar como se num firmamento repleto de estrelas, que também desapareceu logo depois, e nada restou para ser visto, a não ser uma pequena arca, ou baú de cedro, seco, de modo algum impregnado de água, ainda que nela flutuasse. Na parte anterior, que se voltava em sua direção, despontava um pequeno ramo verde de palmeira. Quando o sábio o trouxe, com toda reverência, para dentro do barco, abriu-se por si só, e nele se encontravam um Livro e uma Carta, ambos escritos em fino pergaminho e envoltos num tecido de linho. O Livro continha todos os livros canônicos do Velho e do Novo Testamento, exatamente como vós os tendes, pois sabemos bem quais deles vossas igrejas reconhecem. Até mesmo o Apocalipse e outros livros do Novo Testamento, que ainda não haviam sido escritos naquele tempo, estavam contidos no Livro. Quanto à carta, era escrita com estas palavras:

“Eu, Bartolomeu, servo do Altíssimo e Apóstolo de Jesus Cristo, fui incumbido, por um anjo que me apareceu numa visão de glória, de confiar esta arca às correntes do mar. Assim, testemunho e declaro que, o povo a cujo país Deus ordenar que esta arca alcance, terá, nesse mesmo dia, a salvação, a paz e a benevolência, agraciadas pelo Pai e pelo Senhor Jesus”.

Em ambos escritos, tanto no Livro como na Carta, também se engendrava um grande milagre, semelhante ao primordial dom das línguas dado aos apóstolos, pois,

havendo, então, nesta terra, judeus, persas e indianos, além dos nativos, cada um lia, Livro e Carta, como se tivessem sido escritos em sua própria língua. E, assim, esta terra foi salva da infidelidade (como o remanescente do velho mundo o fora das águas) graças a uma arca, pelo milagre evangelizador e apostólico de São Bartolomeu. E aqui fez uma pausa, vindo, em seguida, um mensageiro a chamá-lo. Isso é tudo o que se passou naquela conversação.

Tradução de Helvio Moraes.

Enviado em: 02/03/2016.

Aceito em: 12/06/2016.